

O direito à moradia no Brasil e o Plano Nacional de Habitação 2023

Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF) e do Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda, RJ (ICHS-UFF). Doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

corahisae@hotmail.com

ORCID 0000-0001-7387-5439

Luciana Pereira da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF), Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

lcnpereira@yahoo.com

ORCID 0009-0000-7073-6409

Fabício Chrisóstimo Pinto

graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF)

fchrisostimo@id.uff.br

ORCID 0009-0005-2524-5842

Luiza Alves Chaves

Professora Adjunta de Direito da Universidade Federal Fluminense, em Volta Redonda. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF), com período de doutorado na Universidade do Minho, em Portugal

luizachavesjgd@gmail.com

GT II: Estado, Direitos Sociais e Políticas Públicas

RESUMO

O Plano Nacional de Habitação resume as estratégias do governo para o chamado déficit habitacional. A justificativa dessa pesquisa decorre uma carência apontada pelo PLANAHAB 2023 de um sistema de informações adequado para monitorar, avaliar e planejar a política habitacional do país. O objetivo do estudo é analisar o documento PlanHab 2023 e em conjunto com o referencial teórico traçar um panorama da situação habitacional no país. Em termos metodológicos, emprega-se a abordagem dialética e a pesquisa classifica-se como básica, qualitativa, exploratória e bibliográfica. A falta de acesso à moradia digna é uma questão mundial que atinge principalmente os países do Sul Global. No PlanHab 2023, o papel estratégico do setor habitacional e da construção civil como vetores de inclusão social e desenvolvimento econômico do país é ressaltado, assim como o acesso à moradia digna estando diretamente relacionada às estratégias de estímulo à cadeia produtiva da construção civil. A saída sugerida ao problema, parte da subsunção de uma necessidade material, do morar, do direito à cidade e à moradia digna, aos mesmos interesses econômicos que geraram a espoliação em questão.

Palavras-chave: Plano Nacional de Habitação; déficit habitacional; especulação imobiliária.